

PCH Senhora do Porto S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e
Relatório dos Auditores Independentes**

Maio de 2022

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
PCH SENHORA DO PORTO S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCH Senhora do Porto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo essa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Sem modificar nossa Opinião, chamamos atenção para os seguintes assuntos:

- 1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 23, o Grupo Guanhães obteve em 2 de fevereiro de 2022 sentença final favorável em ação movida contra o Consórcio Construtor PCH’s de Guanhães (“CCPG”) no Tribunal Arbitral da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. Na referida sentença existem condenações contra e a favor ao Grupo Guanhães, mas cuja apuração líquida verifica-se o direito de ser recebido a importância de R\$134 milhões, estimada pelos Assessores Jurídicos juntamente com a Administração. Entretanto, não houve nas PCH’s investidas pela Companhia o

reconhecimento de ativos ou passivos da condenação, tendo em vista que o processo entrará na fase de cobrança dos valores da sentença, o que torna incerto estimar com segurança os montantes a serem contabilizados.

- 2) As Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 indicam que a Companhia possui prejuízo acumulado de R\$14,6 milhões, endividamento tributário de R\$1,1 milhão, endividamento com financiamentos de R\$32,3 milhões, prejuízo de R\$2,7 milhões e capital circulante líquido negativo em R\$4,6 milhões. A Administração monitora esses indicadores e, conforme descrito na Nota explicativa 3.13, ela informa que continuará em marcha e com a possibilidade de geração de resultados positivos futuros em montante necessário para pagar o seu endividamento, melhorar a sua estrutura de capital e recuperar a rentabilidade.

Outro assunto

As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes e sobre as quais emitiram Opinião sem ressalvas em 29 de junho de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Avaliamos a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2022

Teixeira e Associados
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194

 A member of
Nexia
International

Adriano Rezende Thomé
Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
Contador CRC MG-77.874-0/6

PCH Senhora do Porto S.A.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.284	1.936
Títulos e valores mobiliários	5	45	44
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	1.964	1.658
Tributos a recuperar		128	-
Outros créditos	7	831	347
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.252	3.985
Tributos a recuperar		12	289
Títulos e valores mobiliários	5	1.558	1.676
Empréstimos com partes relacionadas	19	1.123	1.107
Depósitos Judiciais		592	592
Imobilizado	8	103.131	106.585
Intangível	9	231	211
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		106.647	110.460
TOTAL DO ATIVO		110.899	114.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Balço patrimonial
Exercício findo em
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	10	3.725	1.751
Tributos a recolher		190	159
Financiamentos	11	3.736	3.592
Obrigação contingencial	22	1.230	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		8.881	5.502
Financiamentos	11	28.637	32.324
Parcelamento de tributos		936	1.018
Outros débitos		535	541
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		30.108	33.883
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		86.520	86.520
Prejuízos acumulados		(14.610)	(11.460)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.910	75.060
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.899	114.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em
(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA LÍQUIDA	13	14.532	13.837
CUSTO DA OPERAÇÃO	14	(10.133)	(7.904)
LUCRO BRUTO		4.399	5.933
DESPESA DA OPERAÇÃO	15	(673)	(702)
Despesas gerais e administrativas		(562)	(676)
Outras despesas		(111)	(26)
Despesas com contingências	22	(4.135)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(409)	5.231
RESULTADO FINANCEIRO	16	(2.277)	(2.829)
Receitas financeiras		70	55
Despesas financeiras		(2.347)	(2.884)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CS		(2.686)	2.402
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(464)	(437)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.150)	1.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Para os exercícios findos em
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(3.150)	1.965
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(3.150)	1.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	83.420	3.100	(13.425)	73.095
Integralização de capital	3.100	(3.100)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.965	1.965
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	86.520	-	(11.460)	75.060
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.150)	(3.150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	86.520	-	(14.610)	71.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.052	5.663
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.776	5.597
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(3.150)	1.965
Baixa de ativo imobilizado	5	20
Depreciação do ativo imobilizado	3.691	3.612
Obrigação contingencial	1.230	-
Variações nos ativos e passivos	1.276	66
Tributos a recuperar	149	229
Concessionárias, permissionárias e clientes	(306)	(54)
Outros créditos	(484)	(208)
Fornecedores	1.974	137
Tributos a recolher	31	(1)
Parcelamentos	(82)	(43)
Outros débitos	(6)	(7)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(161)	(1.344)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(242)	(403)
Aquisições de bens do ativo intangível	(20)	-
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(38)	(52)
Resgate de títulos e valores mobiliários	225	260
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	(70)	(42)
Cessão de mútuo	(16)	(1.118)
Recebimento de mútuo	-	11
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(3.543)	(3.384)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(2.255)	(2.541)
Captação de financiamentos	171	310
Juros sobre financiamentos	2.259	2.528
Amortização de principal de financiamentos	(3.718)	(3.681)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.100
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(652)	935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.936	1.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.284	1.936
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(652)	935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia” ou “PCH Senhora do Porto”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Senhora do Porto, situada no Rio Guanhães, Município de Senhora do Porto, no Estado de Minas Gerais. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”), por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

Através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, inicialmente outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

A Resolução Autorizativa nº 2.901, de 17 de maio de 2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de junho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de novembro de 2013 e 1º de dezembro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 545 é de 30 anos, com vencimento previsto para outubro de 2032. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização. Dessa forma, o prazo de autorização da Companhia foi prorrogado até dezembro de 2047.

A PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de maio de 2022, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 18.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), (ii) provisões para gastos ambientais classificados na rubrica de outros

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

débitos, (iii) vida útil do imobilizado para fins de determinação da depreciação; e (iv) provisão para contingências.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro e passivo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessa categoria encontram-se os saldos de concessionárias, permissionárias e clientes, empréstimos com partes relacionadas, fornecedores e financiamentos.

A Companhia não possui contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e tampouco operações com instrumentos financeiros derivativos.

b) Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB) classificados em Títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Títulos e valores mobiliários

São contabilizados e apresentados de acordo com as políticas de instrumentos financeiros.

3.4 Concessionárias, permissionárias e clientes

Estão demonstrados pelo valor de realização e Incluem os saldos a receber pela a venda de energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no recebimento, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

3.5 Empréstimos com partes relacionadas

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

3.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação dos bens cuja vida útil é superior ao prazo de concessão está limitada ao tempo do contrato de concessão de exploração do potencial hidráulico. Já a depreciação dos bens cuja vida útil seja inferior ao prazo de exploração do potencial hidráulico, a depreciação é calculada de acordo com a sua vida útil efetiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais recuperáveis são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.7 Ativo intangível

Está mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais recuperáveis são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável ou a mudança de alguma circunstância que possa levar a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. No caso da Companhia, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido através do seu valor em uso, sendo que seu valor líquido de venda equivale ao seu valor em uso, à medida que o seu *valuation* se dá pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia elaborou estudo do valor em uso do ativo com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções e orçamentos elaborados pela Companhia abrangeram um período de cinco anos, sendo que, após este período, foi utilizada uma taxa média de crescimento de longo prazo e aplicada aos fluxos de caixa futuros até o final da concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Provisões

3.10.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

3.10.2 Provisões para riscos fiscais e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Reconhecimento de receitas

3.11.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.11.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da companhia é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta acrescida da receita financeira e sobre a qual é aplicada alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta acrescida da receita financeira, sendo aplicada posteriormente a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.13 Continuidade operacional

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando. A Administração revisou a premissa da utilização da continuidade operacional e concluiu que suas Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

3.14 Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia aplicou pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 e após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados em 2021 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não trouxeram alterações significativas na demonstração financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.15 Normas revisadas, mas ainda não vigentes

As alterações de normas contábeis que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 são as seguintes:

- NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso.
- NBC TG CPC 27 (R4) – Ativo imobilizado: Permite o reconhecimento de receitas e custos de valores relacionados à venda de itens produzidos durante a fase de teste de ativos.

Nova norma que estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023:

- IFRS 17 – Contratos de seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. Essa norma foi aprovada pela CVM, mas ainda sem correspondência de emissão pelo Conselho Federal de Contabilidade.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não espera impacto significativo em decorrência das mudanças ocorridas nas normas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Contas bancárias	1.284	1.936
Total	1.284	1.936

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	45	44
Certificados de depósitos bancários (CDB)	45	44
Não circulante	1.558	1.676
Conta reserva -BNDES	1.558	1.676
Total	1.603	1.720

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três vezes da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração média das aplicações é de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

6. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Comercializadoras	1.964	1.658
Total	1.964	1.658

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo a receber de R\$1.964 (R\$1.658 em 31 de dezembro de 2020) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3.

7. OUTROS CRÉDITOS

O saldo deste grupo de contas é composto basicamente por adiantamentos realizados a fornecedores. Em 2021 houve aumento dos adiantamentos concedidos a fornecedores relacionados aos custos com a construção do Parque Linear para a PCH Jacaré.

8. IMOBILIZADO

	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixa	Depreciações	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2020	Adições	Reclassificação (*)	Depreciações	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2021
IMOBILIZADO EM CURSO											
Terrenos	156	-	-	-	-	156	-	-	-	(133)	23
Reservatórios, barragens e adutoras	500	39	-	-	(57)	482	-	-	-	(39)	443
Edific. obras civis e benfeitorias	2.256	348	(20)	-	-	2.584	208	-	-	(296)	2.496
Máquinas e equipamentos	6.736	16	-	-	-	6.752	19	(5)	-	(184)	6.582
Moveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	15
Total das Imobilizações em curso	9.648	403	(20)	-	(57)	9.974	242	(5)	-	(652)	9.559
SUBTOTAL EM CURSO	9.648	403	(20)	-	(57)	9.974	242	(5)	-	(652)	9.559
IMOBILIZADO EM SERVIÇO											
Terrenos	263	-	-	-	-	263	-	-	(48)	133	348
Reservatórios, barragens e adutoras	68.563	-	-	(2.453)	57	66.167	-	-	(2.453)	39	63.753
Edific. obras civis e benfeitorias	14.591	-	-	(524)	-	14.067	-	-	(533)	296	13.830
Máquinas e equipamentos	16.747	-	-	(635)	-	16.112	-	-	(657)	184	15.639
Moveis e Utensílios	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Total das Imobilizações em serviço	100.166	-	-	(3.612)	57	96.611	-	-	(3.691)	652	93.572
TOTAL DO IMOBILIZADO	109.814	403	(20)	(3.612)	-	106.585	242	(5)	(3.691)	-	103.131

(*) Trata-se de gastos já provisionado anteriormente na implantação do projeto, que foi estornado da conta de em curso.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa de vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%
Comporta	3,33
Conduto forçado	3,13
Disjuntor	3,03
Equipamentos da tomada d'agua	3,70
Gerador	3,33
Sistema de alimentação de energia	5,88
Sistema de proteção de medição e automação	6,67
Transformador de força	2,86
Turbina Hidráulica	2,50

9. INTANGÍVEL

	Saldos em 31.12.2019	Saldos em 31.12.2020	Adição	Saldos em 31.12.2021
INTANGÍVEL				
Servidões	-	-	20	20
Total Intangível em curso	-	-	20	20
INTANGÍVEL				
Servidões	211	211	-	211
Total Intangível em serviço	211	211	-	211
Total dos Intangíveis	211	211	20	231

10. FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Compra de energia	1.988	390
Materiais e serviços	1.545	1.251
Partes relacionadas (*)	192	110
Total	3.725	1.751

(*) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas e gastos com mão de obra de pessoal que são arcadas pela Guanhães Energia S.A.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. FINANCIAMENTOS

Decorre do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor utilizado	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	39.400	39.400	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	13.900	13.563	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	12.02.2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30

Segue abaixo a movimentação do financiamento nos exercícios de 2021 e 2020:

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2020	35.818	3.482	39.300
Financiamentos BNDES	310	-	310
Amortização de principal	(3.681)	-	(3.681)
Encargos, juros e correções	-	2.528	2.528
Encargos pagos		(2.541)	(2.541)
Saldo em 31.12.2020	32.447	3.469	35.916
Financiamentos BNDES	171	-	171
Amortização de principal	(3.718)	-	(3.718)
Encargos, juros e correções	-	2.259	2.259
Encargos pagos		(2.255)	(2.255)
Saldo em 31.12.2021	28.900	3.473	32.373

	31.12.2021	31.12.2020
Segregado em:		
Circulante	3.736	3.592
Não circulante	28.637	32.324
	32.373	35.916

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Moeda Nacional			
2021		2020	
2023	3.735	2022	3.715
2024	3.735	2023	3.715
2025	3.735	2024	3.715
Após 2025	17.432	Após 2024	21.179
Total	28.637	Total	32.324

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES está sujeito a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, como a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES.

No exercício de 2021, a Companhia não obteve êxito no atingimento do ICSD mínimo de 1,3. Por isso, em 04/02/2022 foi encaminhada ao BNDES, a correspondência GNE 016/2022, na qual a Companhia protocolou o pedido de dispensa da obrigatoriedade de comprovação do ICSD e da apresentação dos relatórios de asseguarção dos auditores independentes relativos ao exercício de 2021, ao qual a empresa aguarda a definição de outras tratativas junto ao Banco, para concessão do *waiver* solicitado.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$86.520 mil representados por 86.520.457 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhães Energia, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTA				
b) Lucro por ação				
Guanhães Energia S.A.	86.520.457	100	86.520.457	100
Total Geral	86.520.457	100	86.520.457	100

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31.12.2021	31.12.2020
NUMERADOR		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(3.150)	1.965
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	86.520.457	85.487.123
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	(0,04)	0,02

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

13. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2021	31.12.2020
Suprimento de energia	15.082	14.361
(-) PIS e COFINS	(550)	(524)
TOTAL	14.532	13.837

As Receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado ("ACR"), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. CUSTOS OPERACIONAIS

CUSTOS	31.12.2021	31.12.2020
Compra de Energia elétrica	(4.576)	(2.470)
Materiais	(45)	(39)
Encargos e taxas	(348)	(268)
Serviços terceiros	(1.223)	(1.436)
Depreciação	(3.691)	(3.612)
Repasse depreciação STA	(181)	-
Outros custos	(69)	(79)
TOTAL	(10.133)	(7.904)

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal e encargos	(265)	(172)
Administrativas	(24)	(22)
Serviços terceiros	(273)	(482)
Outras despesas	(111)	(26)
TOTAL	(673)	(702)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	70	42
Outras receitas financeiras	-	13
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	70	55
Despesas financeiras	(5)	(8)
Juros de financiamento	(2.259)	(2.528)
Multas financeiras	-	(236)
Outras despesas	(83)	(112)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(2.347)	(2.884)
RESULTADO FINANCEIRO	(2.277)	(2.829)

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Suprimento de Energia	15.082	14.361
Receitas financeiras	70	55
Base de cálculo IRPJ(8% Energia)	1.207	1.149
Base de cálculo receitas financeiras	70	55
Total da base IRPJ	1.277	1.204
IRPJ-15%	191	181
Adicional IRPJ- 10%	104	96
Total IRPJ	295	277
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	1.810	1.723
Base de cálculo receitas financeiras	70	55
Total da base CSLL	1.880	1.778
Total do CSLL - 9%	169	160
Imposto de renda e contribuição social	464	437

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

ATIVO	31.12.2021				31.12.2020	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	1.284	1.284	1.936	1.936
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	1.603	1.603	1.720	1.720
Concessionárias, permissionárias e clientes	2	Custo amortizado	1.964	1.964	1.658	1.658
Empréstimos com partes relacionadas	2	Custo amortizado	1.123	1.123	1.107	1.107
Total			5.974	5.974	6.421	6.421
PASSIVO						
Fornecedores	2	Custo amortizado	3.725	3.725	1.751	1.751
Financiamentos	2	Custo amortizado	32.373	32.373	35.916	35.916
Total			36.098	36.098	37.667	37.667

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
TJLP	32.373	100%	35.916	100%
DI	1.603	-	44	-
Total	33.976	100%	35.960	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

todo o período. A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2021).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2021).

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		189	142	95
Aplicações Financeiras	CDI	189	142	95
PASSIVOS FINANCEIROS		2.133	2.667	3.200
Financiamentos - BNDES	TJLP	2.133	2.667	3.200
TOTAL		2.323	2.809	3.295
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2022)		6,59%	8,24%	9,89%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2022)		11,80%	8,85%	5,90%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 11.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos	1.547	4.838	21.673	15.839	43.897
Fornecedores	514	1.016	2.195	-	3.725

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	R\$	
	31.12.2020	31.12.2020
Dívidas de empréstimos e financiamento	32.373	35.916
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.284	1.936
(-)Título e valores mobiliários (nota 5)	1.603	1.720
Dívida líquida (A)	29.486	32.260
Patrimônio Líquido (B)	71.910	75.060
Percentual de capital de terceiros (A ÷ (B+A))	29%	30%

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Contratos com o mesmo grupo	Valor Original	Período de Vigência	Condições Contratuais	Condições de Rescisão ou Término	Ativo		Passivo		Despesa	
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Senhora do Porto com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.056	maio/2019 a maio/2024	Preço negociado entre as partes	-	-	-	-	303	224	
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para Implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Preço negociado entre as partes	Contrato entra em vigor a partir da emissão da ordem de serviço.	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	5.673	Janeiro/2018 a Dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	58.418	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso de despesas administrativas	192	2021/2022	Notas de débitos	-	-	192	110	-	-	-
Empréstimo de mútuo com Guanhães Energia	1.123	2021/2022	Término contrato em julho/21 - Taxa de juros 1,00% a.a. Pagamento no final do contrato	-	1123	1107	-	-	-	-

Segue abaixo a movimentação do mútuo celebrado com a Guanhães Energia para os exercícios de 2021 e 2020:

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2020	-	-	-
Mútuo concedido	1.118	-	1.118
Amortização de principal	(11)	-	(11)
SALDO EM 31.12.2020	1.107		1.107
Atualização Mútuos prorrogados	-	16	16
SALDO EM 31.12.2021	1.107	16	1.123

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Embora o recebimento dos empréstimos esteja previsto para ocorrer em julho de 2022, a Administração estima que isto poderá não se efetivar neste prazo, razão pela qual o valor foi classificado como Ativo não circulante.

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

20. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2021:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2021:

Riscos	Data da vigência		Importância segurada	LMI
	De	Até		
Responsabilidade civil e geral	30/11/2021	30/11/2022	N/A	10.000
Risco operacional	30/11/2021	30/11/2022	86.361	111.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2022	6,5
2023	6,5
2024	6,5
2025	6,5
2026 a 2047	6,5

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia da Companhia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 2021, a companhia reconheceu despesa contingencial em decorrência de condenação na Ação de Cobrança movida por Austral Seguradora S.A., sob o nº 0003604-34.2018.8.19.0001 que totalizou R\$4.135 mil, sendo que ocorreu pagamento parcialmente dentro do próprio exercício ficando no passivo o saldo remanescente a pagar em 2022 de R\$1.230 mil.

Provisão para contingência

A companhia não detectou em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a necessidade do reconhecimento de provisão para contingência que seria apurada em base estimada e tivesse o prognóstico de perda provável classificado por sua assessoria jurídica.

Passivo contingente

Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

Ações de desapropriação

A PCH Senhora do Porto S.A. possui 02 (duas) ações de desapropriação em razão da necessidade de formação de área de preservação permanente (APP) e os valores da indenização aos atingidos não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente, totalizando R\$592 mil em 31 de dezembro de 2021 e a Companhia figura no polo ativo da demanda.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo contingente

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo Guanhões, no qual a companhia está inserida, moveu ações judiciais de cobrança junto a terceiros cujos processos ainda não foram julgados em definitivo e que poderão, provavelmente, promover futuramente a entrada de recursos. Os valores de causa destes processos totalizam R\$5.474.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo perante a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem

Em 5 de fevereiro de 2016, as PCHs Dores de Guanhões S.A, Senhora do Porto S.A, Jacaré S.A e Fortuna II S.A. (Em conjunto, "PCHs") instauraram procedimento arbitral perante a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem contra o Consórcio Construtor PCHs de Guanhões ("CCPG"), que é composto por 3 companhias, quais sejam: Oengenharia LTDA ("OEngenharia"); Libe Construtora LTDA ("Libe") e Construtora Quebec LTDA ("Quebec"), referente ao Contrato EPC para construção e implantação das PCHs, em razão de inadimplemento do CCPG, que não concluiu a construção das PCHs no prazo contratual. Neste procedimento arbitral, foi requerido pelas PCHs um total de R\$117.887 mil a título de indenização, na data base abr/12, discriminados abaixo:

- i. Saldo credor do encontro de contas (avanço-físico x avanço-financeiro): R\$42.691 mil;
- ii. Saldo não compensado do adiantamento de 20% do Preço Global: R\$4.474 mil;
- iii. Valor adicional do 8º Termo Aditivo: R\$11.328. mil;
- iv. Multa rescisória (limitado ao máximo de 20%): R\$10.682 mil;
- v. Penalidades por atraso nas disponibilidades (limitado ao máximo de 20%): R\$4.267 mil;
- vi. Custos adicionais de pessoal (limitado ao máximo de 20%): R\$206 mil;
- vii. Custos adicionais de infraestrutura administrativa (limitado ao máximo de 20%): R\$40 mil;
- viii. Custos adicionais com serviços (limitado ao máximo de 20%): R\$815 mil;
- ix. Custos adicionais com manutenção do canteiro de obras (limitado ao máximo de 20%): R\$4.055 mil;
- x. Recontratação do escopo remanescente (limitado ao máximo de 20%): R\$39.328 mil.

O Tribunal Arbitral proferiu, em 17 de janeiro de 2019, sentença parcial julgando procedentes os pedidos das PCHs de:

- i. declaração de legalidade da rescisão do contrato por culpa do CCPG;
- ii. condenação do CCPG ao pagamento de multa rescisória no valor histórico de R\$ 14.848 mil, na data base de abr/12;
- iii. condenação do CCPG ao pagamento de penalidades por atraso das datas de disponibilidades no valor histórico de R\$5.932 mil, na data base de abr/12;

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv. procedente o pedido da OEngenharia de condenação das PCHs ao pagamento dos serviços executados e não pagos das medições 37/38 e 39; e
- v. procedentes os pedidos de Libe/Quebec (fornecimento de energia elétrica e determinados serviços executados que não teriam sido pagos), no valor de R\$ 2.461 mil, na data base de abr/12; e (vi) postergou para após perícia de engenharia o julgamento dos demais pedidos indenizatórios das partes (“Sentença Arbitral Parcial”).

Posteriormente, dando continuidade ao processo, em 2 de fevereiro de 2022 o Tribunal Arbitral proferiu sentença final complementando a sentença parcial anterior com as seguintes condenações:

- i. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$6.981 mil a título de encontro de contas para as PCHs, na data base de abr/12;
- ii. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$30.159 mil de custos adicionais para as PCHs na data base de abr/12;
- iii. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$1.553 mil, referente as Custas/Despesas/Honorários referente ao processo arbitral, na data base de fev/22;
- iv. as PCHs ao pagamento de R\$1.815 mil para OEngenharia referente à medição 40 e por serviços adicionais que não tinham sido pagos, na data base de abr/12; e
- v. as PCHs ao pagamento de R\$10.682 mil, na data base de abr/12, para Libe/Quebec referente aos riscos geológicos e outros serviços executados que não foram pagos (“Sentença Arbitral Final”).

Sobre o valor originalmente discutido e que ocorreram as condenações, o resultado final da apuração entre valores a receber e a pagar constantes no processo, verifica-se um recebível para as PCHs de R\$42.962 mil, que atualizado de acordo com o IPCA acumulado desde 2012, além de juros de mora e multa de 1% ao mês até a data deste relatório totaliza R\$134.654 mil Entretanto, não houve o reconhecimento de ativos ou passivos da condenação, tendo em vista que o processo caminhará para a justiça comum no sentido de executar a cobrança dos valores da sentença, o que torna incerto estimar com segurança os valores a serem contabilizados.
